

JUCESP
19 11 14

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL, DA SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

entre

SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.
Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Agente Fiduciário

23 de outubro de 2014



DUCESP
19 11 14

ÍNDICE

1.	DEFINIÇÕES E AUTORIZAÇÃO	4
2.	REQUISITOS	4
3.	OBJETO SOCIAL DA EMISSORA	6
4.	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	6
5.	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA	6
6.	CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	109
7.	OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	27
8.	AGENTE FIDUCIÁRIO	30
9.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....	37
10.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	38
11.	ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	4140
12.	DESPESAS DA EMISSORA	4241
13.	DISPOSIÇÕES GERAIS	42
14.	LEI APLICÁVEL	4342
15.	RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	43

✓

✗

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL, DA SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

(i) SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.941, 1º andar, sala 101, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.494.541/0001-90, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes abaixo assinados ("Emissora" ou "Salus");

(ii) PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social, nomeada na presente escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente);

(Quando referidos em conjunto, a Emissora e o Agente Fiduciário serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte")

CONSIDERANDO QUE:

(i) a ULTRAFERTIL S/A, sociedade com sede na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo, na Avenida Bernardo Geisel Filho, s/nº, CEP 11555-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.476.026/0001-36, ("Ultrafertil") celebrou o contrato de adesão MT/DPH nº 017/93 com a União, em 28 de dezembro de 1993, por intermédio do Ministério dos Transportes, com prazo de vigência de 25 (vinte e cinco) anos, contado da data da celebração do referido contrato de adesão, e prorrogável por igual período, assim como a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - Usiminas, sociedade por ações, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Prof. José Vieira de Mendonça, nº 3.011, CEP 31310-260, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.894.730./0001-05 ("Usiminas"), como sucessora da Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA, celebrou o contrato de adesão MT/DPH nº 035/95 com a União, em 18 de fevereiro de 1995, por intermédio do Ministério dos Transportes, com prazo de vigência de 25 (vinte e cinco) anos, contado da data da celebração do referido contrato de adesão, prorrogável por igual período, tendo ambos os contratos de autorização, como objeto, a exploração por cada empresa, de maneira totalmente segregada, de seu respectivo Terminal Portuário de Uso Privativo, sendo o da Usiminas localizado na Ilha do Cardoso, no Município de Cubatão, Estado de São Paulo, e o da Ultrafertil localizado no Município de Santos, Estado de São Paulo (respectivamente, em conjunto, "Autorizações Portuárias" e "Terminais", e, individualmente, "Autorização Portuária" e "Terminal");

(ii) as Autorizações Portuárias compreendem a movimentação e/ou armazenagem, nos

2 DUCESP
19 11 14

respectivos Terminais, de mercadorias próprias e de terceiros, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário;

- (iii) a Ultrafertil e a Usiminas responsabilizaram-se, nos termos de cada respectiva Autorização Portuária, pela execução, direta ou indireta, de obras de construção, reforma, ampliação e melhoramento dos respectivos Terminais, assegurando o cumprimento das normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, especialmente as relativas à segurança de pessoas, bens e instalações, à preservação do meio-ambiente, à administração aduaneira, dentre outras, à infraestrutura de acesso aquaviário e de tráfego marítimo nos Terminais;
- (iv) é prevista, nos termos das respectivas Autorizações Portuárias, a possibilidade da Ultrafertil e da Usiminas contratarem com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares às respectivas Autorizações Portuárias, bem como a implementação de projetos associados, dentro do prazo das respectivas Autorizações Portuárias, com o objetivo de implementar melhorias e realizar a manutenção na infraestrutura aquaviária relacionada aos Terminais ("Atividades");
- (v) o Canal Piaçaguera ("Canal"), que dá acesso aos Terminais, necessita ser dragado para recuperar, manter e, em sendo autorizado, ampliar sua profundidade mínima prevista e exigida na carta náutica dos Terminais ("Profundidade Mínima") hoje registrada como 12 (doze) metros, evitando, assim, o aumento de restrição de navegação no Canal já existente, além de possibilitar maior competitividade e melhor acesso aos Terminais e o desenvolvimento de suas atividades;
- (vi) para tanto, faz-se necessária a execução de ações de manutenção no Canal, nelas incluídas as atividades necessárias para a recuperação e manutenção da Profundidade Mínima ("Atividades"), de responsabilidade exclusiva e de execução a critério da Ultrafertil e da Usiminas, as quais deverão ser procedidas em duas fases, com estabelecimento de rotina compatível de dragagem de resultado e de manutenção;
- (vii) na primeira fase das Atividades ("Atividades FASE 1"), pretende-se proceder à dragagem de resultado de sedimentos passíveis de disposição oceânica presentes no leito do Canal, para destinação final em disposição oceânica, em quantidade estimada de 820.000 m³ (oitocentos e vinte mil metros cúbicos), que será objeto de contrato separado a ser celebrado pela Usiminas e pela Salus diretamente com o dragador e outros terceiros contratados para o cumprimento de tal dragagem ("Contratos FASE 1");
- (viii) na segunda fase das Atividades ("Atividades FASE 2"), a Usiminas e Ultrafertil concordaram em realizar ações de melhorias e manutenção no canal localizado no trecho interior do Canal, sendo a execução das referidas Atividades originalmente de responsabilidade da Ultrafertil e da Usiminas, nos termos das respectivas Autorizações Portuárias, o que envolve: (i) a realização das obras de alteamento e adequação da Unidade de Disposição Confinada ("UDC") da Usiminas, implantada em 2005, localizada dentro do Dique do Furadinho, cuja implementação dependerá do cumprimento de uma série de condições, incluindo a obtenção da respectiva licença ambiental e, também: (i.1) a realização de obras de melhoria e reforço na UDC; (i.2) engenharia conceitual, ensaios de tratabilidade e programa de monitoramento de taludes; (i.3) aquisição de geobags; e (i.4) tratamento de sedimentos/efluentes; e (ii) a dragagem do material passível de disposição controlada ou confinada existente, em quantidade

3 DUCESP
19 11 14

estimada de 1.701.583 m³ (um milhão, setecentos e um mil, quinhentos e oitenta e três metros cúbicos), até que o Canal atinja a profundidade mínima de 12 (doze) metros conforme hoje prevista e exigida na carta náutica dos Terminais;

- (ix) o Salus FIP é proprietário de 415.800 (quatrocentas e quinze mil e oitocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Salus, representativas, na presente data, de 99% (noventa e nove por cento) do capital social total da Salus, totalmente subscritas e integralizadas;
- (x) a VLI é proprietária de 4.200 (quatro mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Salus, representativas de 1,00% (um por cento) do capital social total da Salus, transferidas em 23 de outubro de 2014 pelo Salus FIP;
- (xi) a Emissora é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste na implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja, a execução, por si e/ou por terceiros, da dragagem, melhoramento e manutenção do Canal, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução das Atividades ("Projeto de Investimento");
- (xii) para a consecução das Atividades, a Salus celebrou, em 23 de outubro de 2014, com a Ultrafertil, o *"Contrato de Assunção de Obrigação Relativa à Infraestrutura Aquaviária e Outras Avenças"*, com o fim de a Salus executar, por si ou terceiros, em conjunto com a Usiminas, as Atividades;
- (xiii) a Emissora e a Usiminas (em conjunto, as *"Consorticiadas"*) celebraram, em 23 de outubro de 2014, o *"Instrumento de Constituição de Consórcio"*, com o fim de estabelecer os direitos e obrigações da Salus e da Usiminas, na execução das Atividades no Canal ("Instrumento de Consórcio");
- (xiv) adicionalmente, para o cumprimento das Atividades, as Consorticiadas contratarão, com as respectivas empresas especializadas: (a) o *"Contrato de Dragagem de Resultado e Melhoramentos do Canal Piaçaguera"*, com terceiro especializado em serviços de dragagem, com o fim de prever a prestação dos serviços de dragagem do Canal ("Contrato de Dragagem"); (b) o *"Contrato de Construção no Regime de Empreitada Integral por Preço Global - Alçamento da Unidade de Disposição Confinada Dique Furadinho"*, com terceiro especializado em serviços de engenharia e construção, com o fim de prever a prestação de serviços de engenharia e construção ("Contrato de Construção - UDC"); (c) o *"Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização"*, com terceiro especializado em serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização, com o fim de prever a prestação de serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização das Atividades, de forma a melhor assegurar que essas sejam conduzidas de forma apropriada, nos termos dos projetos, bem como do Contrato de Dragagem e do Contrato de Construção - UDC; (d) o *"Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Técnica Ambiental"*, com terceiro especializado em serviços de consultoria técnica ambiental, com o fim de prever a prestação de serviços de consultoria técnica ambiental com vistas ao atendimento de todas as exigências e condicionantes dos processos de licenciamento ambiental relacionados com as Atividades; e (e) com terceiros, outros contratos e instrumentos, com o fim de dar cumprimento às Atividades (os contratos ora mencionados, em conjunto com os Contratos FASE 1 e o Instrumento de Consórcio, aqui referidos como "Contratos do Projeto");

6



- (xv) o resultado das Atividades beneficiará tanto a VLI, na qualidade de controladora da Ultrafertil, quanto a Usiminas;
- (xvi) em contraprestação à assunção da parcela das obrigações da Ultrafertil e à adequada realização das Atividades, a Emissora será remunerada mediante a cobrança de uma determinada importância, a ser paga direta e exclusivamente por determinado beneficiário do melhoramento do Canal, nos termos do instrumento particular apartado a ser celebrado com a Ultrafertil ("Contrato de Contraprestação por Melhoramento do Canal Piaçaguera" ou "Contrato de Contraprestação por Melhoramento");
- (xvii) a Emissora emitiu, em 23 de outubro de 2014, em favor da VLI, com valor nominal de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), data de vencimento em 23 de abril de 2015 e remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", a fim de antecipar os recursos destinados a financiar às Atividades FASE 1 no âmbito do Projeto de Investimento ("Nota Promissória"); e
- (xviii) a Emissora emitirá, no âmbito de sua 1ª (primeira) emissão para distribuição pública, as debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, conforme descrita no presente instrumento e nos demais documentos da emissão, nos termos da Instrução CVM 400, para viabilizar o Projeto de Investimento, enquadrado como projeto prioritário nos termos da Lei 12.431.

celebram o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão, para Distribuição Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, da Salus Infraestrutura Portuária S.A.*" ("Escritura", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), observadas as cláusulas a seguir.

1. DEFINIÇÕES E AUTORIZAÇÃO

1.1. Palavras e expressões em maiúsculas, não definidas no texto desta Escritura, terão o significado a elas atribuído no Anexo I.

1.2. A Emissão, a Oferta e a constituição das Garantias foram realizadas com base nas deliberações tomadas (i) na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 26 de agosto de 2014, nos termos do Estatuto Social vigente, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 346.499/14-8, em 1º de setembro de 2014, publicada no Jornal Diário do Comércio e no DOESP em 02 de outubro de 2014 ("AGE 1"); e (ii) na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 22 de outubro de 2014, a ser registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e a ser publicada no Jornal Diário do Comércio e no DOESP ("AGE 2", em conjunto com AGE 1, "AGE").

2. REQUISITOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

A Emissão e a Oferta serão realizadas com a observância dos requisitos descritos a seguir, conforme aplicável.



2.1. Arquivamento e publicação de atos societários

2.1.1. A ata da AGE1 foi registrada perante a Junta Comercial sob o nº 346.499/14-8, em 01 de setembro de 2014, e publicada no Diário do Comércio e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOESP em 02 de setembro de 2014; a ata da AGE2 será arquivada na JUCESP e será publicada no Diário do Comércio e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOESP, em atendimento ao artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Registro da Escritura

2.2.1. Esta Escritura e eventuais Aditamentos serão arquivados na JUCESP, em atendimento ao artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. Uma via desta Escritura devidamente registrada e seus eventuais Aditamentos deverão ser entregues ao Agente Fiduciário tempestivamente, após o deferimento do referido arquivamento na JUCESP.

2.3. Registro das Garantias

2.3.1. Os instrumentos constitutivos e/ou modificativos das Garantias, nos prazos neles previstos, serão registrados nos competentes cartórios de títulos e documentos, conforme previsto nos Contratos de Garantia.

2.3.2. A Alienação Fiduciária será averbada no livro de registro de ações nominativas da Emissora, de acordo com o inciso II do artigo 40 e o inciso III do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.3. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretroatável, para, em nome da Emissora, promover o registro das Garantias, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos dispostos no parágrafo 2º, artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações e nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto nos instrumentos constitutivos de Garantias, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não-pecuniária pela Emissora.

2.4. Registro da Oferta na Comissão de Valores Mobiliários

2.4.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Lei 6.385, a Lei das Sociedades por Ações, a Instrução da CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis ("Oferta").

2.5. Registro para distribuição negociação e custódia eletrônica

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio: (a) do MDA e do CETIP 21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo processadas pela e na CETIP a distribuição, a negociação e a custódia eletrônica das Debêntures; e/ou (b) do DDA e do PUMA, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela e na BM&FBOVESPA a custódia eletrônica das Debêntures, a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures e sua liquidação financeira.

8

11

DUCE SP
19 11 14

2.5.2. A CETIP e/ou a BM&FBOVESPA poderão ser substituídas por outras câmaras de liquidação e custódia autorizadas, nos seguintes casos: (i) se a CETIP ou a BM&FBOVESPA falir, requerer recuperação judicial ou iniciar procedimentos de recuperação extrajudicial, tiver sua falência, intervenção ou liquidação requerida; (ii) se for cassada sua autorização para execução dos serviços contratados; e/ou (iii) a pedido dos Debenturistas, sendo certo que os custo de alteração das câmaras de liquidação e custódia, na hipótese destas terem sido alteradas a pedido dos Debenturistas, serão arcados pelos próprios Debenturistas.

2.6. Implantação de projeto de investimento em infraestrutura considerado como prioritário pela SEP

2.6.1. O Projeto de Investimento, no qual os recursos da Emissão serão aplicados, deverá ser considerado prioritário pela SEP, nos termos da Portaria de aprovação do Ministro de Estado Chefe da SEP, a ser emitida nos termos da Lei 12.431, do Decreto 7.603, da Resolução CMN 3.947 e da Portaria SEP nº 9 e publicada no Diário Oficial da União ("Portaria").

2.7. Registro na ANBIMA

2.7.1. A Oferta será registrada na ANBIMA em até 15 (quinze) dias a contar do encerramento da Oferta pela CVM, nos termos do artigo 19 do Código ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora é uma sociedade de propósito específico que tem por objeto social exclusivo a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja, a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução deste objeto.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão empregados para o financiamento do Projeto de Investimento, nos termos da Lei 12.431, conforme detalhado no Anexo II desta Escritura, da seguinte forma: (i) quitação da Nota Promissória, cujos recursos foram captados para financiar a primeira fase das Atividades no âmbito do Projeto de Investimento; (ii) execução das Atividades, necessárias para implementação do Projeto de Investimento; e (iii) no pagamento das despesas da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, comissões do Coordenador Líder e despesas de registro em cartório.

5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

5.1. Número da Emissão

5.1.1. Esta é a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

DUCE SP
19 11 14

5.2. Número e Características da Série

5.2.1. Esta emissão será realizada em série única.

5.2.2. Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Debenturistas desta mesma série.

5.3. Data de Emissão

5.3.1. A data de emissão das Debêntures será o dia 15 de outubro de 2014 ("Data de Emissão").

5.4. Valor total da Emissão

5.4.1. O valor total da Emissão é de, no mínimo, R\$ 305.560.000,00 (trezentos e cinco milhões, quinhentos e sessenta mil reais), o qual poderá variar de acordo com a Taxa de Juros Remuneratórios, determinada no Procedimento de *Bookbuilding*, e poderá ser aumentado em até 35%, conforme o exercício total ou parcial da Opção de Lote Adicional e/ou da Opção de Lote Suplementar, abaixo definidas, na Data de Emissão, ("Valor Total da Emissão").

5.4.2. O Coordenador Líder, conforme definido pela Emissora na AGE 2 e no Contrato de Distribuição, poderá aumentar a quantidade de Debêntures originalmente ofertadas em até 20% (vinte por cento), sem considerar o previsto na cláusula 5.4.3 ("Opção de Lote Adicional").

5.4.3. Adicionalmente ao previsto na cláusula 5.4.2, acima, o Coordenador Líder poderá distribuir um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) da quantidade de Debêntures originalmente ofertadas, sujeito aos mesmos termos e condições das Debêntures, conforme opção outorgada pela Emissora na deliberação da AGE 2 e no Contrato de Distribuição, com o propósito exclusivo de atender excesso de demanda constatado no Procedimento de *Bookbuilding* ("Opção de Lote Suplementar").

5.4.4. Não será admitida distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

5.5. Regime e procedimento de colocação das Debêntures

5.5.1. As Debêntures ofertadas serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder.

5.5.2. O público-alvo da Oferta serão todos os Investidores e não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora; também não será constituído fundo de sustentação de liquidez para as Debêntures.

5.5.3. O Coordenador Líder organizará um procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding") para definição da Taxa de Juros Remuneratórios das Debêntures.

DUCESP
19 11 14

5.5.4. As Debêntures serão distribuídas publicamente aos Investidores sem a fixação de lotes mínimos ou máximos.

5.5.5. O Coordenador Líder, com anuência da Emissora, organizará a colocação das Debêntures perante os Investidores Institucionais interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

5.5.6. O Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, realizará a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (i) um tratamento justo e equitativo aos Investidores interessados; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos Investidores; e (iii) o recebimento prévio de exemplar do prospecto pelos Investidores para leitura obrigatória e para que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder para tal fim.

5.5.7. O processo de distribuição das Debêntures poderá contar, a exclusivo critério do Coordenador Líder, com a adesão de outras sociedades devidamente autorizadas a operar no mercado de capitais na distribuição de valores mobiliários ("Instituições Participantes" ou, individualmente, "Instituição Participante"). Essas sociedades poderão ser remuneradas diretamente pela Emissora, por si ou por terceiros e estarão sujeitas às mesmas obrigações e responsabilidades do Coordenador Líder previstas no Contrato de Distribuição, inclusive no que se refere às disposições regulamentares e legislação em vigor.

5.5.8. O Plano de Distribuição das Debêntures disciplinará, entre outras disposições:

5.5.8.1. Será permitida a participação de Investidores que sejam: (i) administradores ou controladores da Emissora e/ou de outras sociedades sob Controle comum; (ii) administradores ou controladores do Coordenador Líder e das Instituições Participantes da Oferta; (iii) fundos de investimentos administrados ou geridos por sociedades integrantes do grupo econômico da Emissora; (iv) outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição; e/ou (v) os respectivos cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais, até o segundo grau, de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv), acima ("Pessoas Vinculadas") no Procedimento de *Bookbuilding*, no limite de 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento) da Oferta Institucional, abaixo definida, observada a vedação prevista no artigo 55 da Instrução CVM 400, nos termos previstos no Contrato de Distribuição e no Prospecto da Oferta.

5.5.8.2. O montante equivalente a 10% (dez por cento) das Debêntures será destinado à colocação pública prioritária para Investidores Não Institucionais que preencherem e apresentarem ao Coordenador Líder ou à Instituição Participante, conforme o caso, os respectivos pedidos de reserva durante o período de reserva ou no período de reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, de maneira irrevogável e irretratável de acordo com as condições descritas no Contrato de Distribuição ("Direcionamento da Oferta", "Pedidos de Reserva" e "Oferta Não Institucional").

5.5.8.3. Os Investidores Não Institucionais, inclusive os Investidores Não Institucionais que se qualificarem como Pessoas Vinculadas, não



BIBLIOTECA
19 11 14

participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, conseqüentemente, não farão parte da definição da Taxa de Juros Remuneratórios das Debêntures.

5.5.8.4. Caso o total de Debêntures correspondente aos Pedidos de Reserva exceda o percentual prioritariamente destinado à Oferta Não Institucional, as Debêntures destinadas à Oferta Não Institucional serão rateadas entre os Investidores Não Institucionais, proporcionalmente ao montante de Debêntures indicado nos respectivos Pedidos de Reserva e não alocado ao Investidor Não Institucional, não sendo consideradas frações de Debêntures.

5.5.8.5. As Debêntures que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais serão destinadas aos Investidores Institucionais de acordo com o procedimento descrito no Contrato de Distribuição ("Oferta Institucional"). Da mesma forma, as Debêntures que não tiverem sido alocadas aos Investidores Institucionais poderão ser destinadas aos Investidores Não Institucionais.

5.5.8.6. O Coordenador Líder verificará o resultado do Processo de *Bookbuilding*, a fim de apurar a demanda das Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros e definir a taxa de juros aplicável à Remuneração das Debêntures.

5.5.8.7. A Taxa de Juros Remuneratórios das Debêntures será definida com base na média das taxas anuais indicativas aplicáveis à NTN-B, com vencimento em 2022, divulgadas pela ANBIMA, nos terceiro, quarto e quinto Dias Úteis anteriores à data do Procedimento de *Bookbuilding*.

5.5.8.8. A colocação primária das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e/ou do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, bem como com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição.

5.5.8.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder ou pela Emissora aos investidores interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta.

5.5.9. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após: (i) o registro da Oferta pela CVM; (ii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures no ambiente da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA; (iii) a publicação do Anúncio de Início; e (iv) a disponibilização do Prospecto Definitivo para os Investidores, nos termos da Instrução CVM 400 ("Início da Distribuição").

5.5.10. O prazo de distribuição das Debêntures será de até 6 (seis) meses, contados a partir da data de Início da Distribuição, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400 ("Prazo de Distribuição").

5.5.11. Após a concessão do registro da Oferta, quando da colocação da totalidade das Debêntures ou findo o Prazo de Distribuição, será divulgado o respectivo Anúncio de Encerramento da Oferta.

5.6. Escriturador Mandatário e Banco Liquidante



Duce SP
19 11 14

5.6.1. O agente escriturador e mandatário das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

5.6.1.1. O Escriturador Mandatário poderá ser substituído: (i) em caso de inadimplemento de suas obrigações junto à Emissora; (ii) caso requeira ou por qualquer outro motivo se encontrar em processo de recuperação judicial, tiver sua falência decretada ou sofrer liquidação, intervenção judicial ou extrajudicial; (iii) em caso de superveniência de lei, regulamentação e/ou instrução de autoridades competentes que impeçam ou modifiquem a natureza, termos e condições dos serviços prestados; (iv) em caso de seu descredenciamento para o exercício da atividade de escriturador de valores mobiliários; e/ou (v) a pedido dos Debenturistas.

5.6.2. O banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal, São Paulo, SP, CNPJ nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

5.6.2.1. O Banco Liquidante poderá ser substituído: (i) em caso de inadimplemento de suas obrigações junto à Emissora; (ii) caso requeira ou por qualquer outro motivo se encontrar em processo de recuperação judicial, tiver sua falência decretada ou sofrer liquidação, intervenção judicial ou extrajudicial; (iii) em caso de superveniência de lei, regulamentação e/ou instrução de autoridades competentes que impeçam ou modifiquem a natureza, termos e condições dos serviços prestados; (iv) em caso de seu descredenciamento para o exercício da atividade de banco liquidante; e/ou (v) a pedido dos Debenturistas.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1. Valor Nominal Unitário

6.1.1. O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$1.000 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

6.2. Quantidade de Debêntures

6.2.1. Serão emitidas, no mínimo, 305.560 (trezentos e cinco mil quinhentos e sessenta) Debêntures. A quantidade final das Debêntures dependerá da Taxa de Juros Remuneratórios, determinada no Procedimento de *Bookbuilding*, e poderá ser aumentado em até 35%, conforme o exercício total ou parcial da Opção de Lote Adicional e/ou da Opção de Lote Suplementar.

6.3. Prazo e Data de Vencimento

6.3.1. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, ressalvada as hipóteses de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, as Debêntures terão prazo de vencimento de 120 (cento e vinte) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de outubro de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures").

6.4. Forma, Comprovação de Titularidade e Certificados de Debêntures

DUCESP
19 11 14

6.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, sem a emissão de certificados.

6.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito, aberta em nome de cada Debenturista, emitido pelo Escriturador Mandatário.

6.4.3. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures: (i) extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) extrato em nome do Debenturista expedido pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

6.5. Conversibilidade, Vantagens, Preferências e Restrições

6.5.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora.

6.5.2. Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Debenturistas.

6.6. Espécie

6.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando com as garantias especificadas nos Contratos de Garantia.

6.7. Garantias

6.7.1. Serão constituídas, em garantia das Obrigações: (i) a cessão fiduciária sobre direitos creditórios de titularidade da Emissora, conforme abaixo mencionados ("Cessão Fiduciária"); e (ii) a alienação fiduciária das ações representativas da totalidade do capital social da Emissora, de titularidade do Salus FIP, e dos seus rendimentos, nos termos previstos na cláusula 6.7.2.2, abaixo ("Alienação Fiduciária" e, em conjunto com a Cessão fiduciária, "Garantias").

6.7.2. As Garantias serão formalizadas por meio dos seguintes instrumentos: (i) "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Créditos em Garantia", celebrado nesta data pela Salus e pelo Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"); (ii) "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Participação Acionária em Garantia", celebrado nesta data pelo Salus FIP e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de partes, bem como pela Emissora e pela VLI, na qualidade de intervenientes anuentes ("Contrato de Alienação Fiduciária") (o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária, em conjunto, são denominados "Contratos de Garantia").

6.7.2.1. Cessão Fiduciária de Créditos. Conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 66-B da Lei 4.728, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei 10.931, dos artigos 18 a 20 da Lei 9.514, e dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil Brasileiro, no que for aplicável, constitui, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário e em benefício

X

X

DUCESP
19 11 14

destes, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, a cessão fiduciária dos seguintes direitos de crédito de sua titularidade ou que passem a ser de sua titularidade a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária:

- (i) todos e quaisquer direitos ou créditos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos pagamentos relativos: (a) ao Contrato de Contraprestação por Melhoramento; e (b) ao Contrato de Suporte Financeiro de Acionistas, inclusive seus aditamentos, multas, acréscimos, garantias, direitos ou opções, os quais declara estarem livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, exceto pelos gravames criados pelo Contrato de Cessão Fiduciária;
- (ii) todos os recursos disponíveis na Conta do Projeto, inclusive os rendimentos, que serão utilizados para o pagamento dos custos e/ou despesas com a manutenção da Salus;
- (iii) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos ou a serem detidos pela Emissora na Conta do Projeto e aos montantes nelas depositados ou a serem depositados, independente de onde se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; e
- (iv) todos os eventuais rendimentos dos recursos disponíveis na Conta do Projeto. (Os direitos de crédito referidos em (i) a (iv) acima são definidos, em conjunto, como "Créditos Cedidos").

6.7.2.2. Alienação Fiduciária das Ações da Emissora. Conforme estabelecido no Contrato de Alienação Fiduciária, nos termos do artigo 66-B da Lei 4.728, do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, do Decreto 911, e do Código Civil Brasileiro, o Salus FIP aliena e transfere aos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária das Ações, conforme abaixo definidas, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, exceto pelo *compartilhamento* da Alienação Fiduciária a ser estabelecido em caso de emissão de Debêntures Adicionais e observado o disposto no "Acordo de Acionistas da Salus Infraestrutura Portuária S.A.", celebrado, em 23 de outubro de 2014, entre Salus FIP, VLI e a Emissora ("Acordo de Acionistas") e pelo que venha a ser disposto quanto à alienação fiduciária das Debêntures Adicionais. A Alienação Fiduciária abrangerá:

- (i) a totalidade das ações de emissão da Emissora, que sejam detidas pelo Salus FIP, representativas, na presente data, de 99% do capital social da Emissora ("Ações");
- (ii) todas as ações adicionais de emissão da Emissora que porventura, a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária, forem adquiridas e/ou atribuídas ao Salus FIP, de qualquer forma (inclusive, sem limitação, quaisquer ações adicionais adquiridas por meio de Reorganização Societária por quaisquer Ações detidas pelo Salus FIP, juntamente com



JUCESP
19 11 14

todas as opções, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Emissora ou direitos de qualquer natureza que venham a ser emitidos ou outorgados pela Emissora ao Salus FIP com relação à sua participação no capital social da Emissora enquanto o Contrato de Alienação Fiduciária estiver em vigor ("Ações Adicionais"); e

(iii) todos os "Rendimentos das Ações", que significam:

(a) todos os frutos, rendimentos, proventos e vantagens que forem atribuídos às Ações, a qualquer título;

(b) lucros, dividendos, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições, qualquer participação no resultado;

(c) demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma devidos e a qualquer título distribuído à Alienante, mediante permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações alienadas e quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários); e

(d) todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência das Ações alienadas, ou a elas relacionadas, bem como decorrentes de qualquer resgate, amortização, redução do capital acionário, transformação da Emissora em sociedade limitada ou outra forma societária, incorporação, fusão, cisão, permuta de ações conferência de bens, liquidação ou dissolução, total ou parcial, ou qualquer outra reorganização societária da Emissora.

6.7.2.2.1. As Ações, Ações Adicionais e os Rendimentos das Ações abrangidos pela Alienação Fiduciária poderão estar sujeitos a Ônus na emissão das Debêntures Adicionais, havendo entre as Debêntures e as Debêntures Adicionais o compartilhamento da Alienação Fiduciária.

6.7.3. O monitoramento das Garantias será feito pelo Agente Fiduciário, nos termos dos referidos contratos, sem prejuízo das obrigações estipuladas nesta Escritura. Os Contratos de Garantia detalharão as demais características das Garantias, bem como imporão outras obrigações para a Emissora, nos termos neles descritos.

6.7.3.1. Cabe ao Agente Fiduciário requerer, em nome dos Debenturistas, a execução, judicial ou extrajudicial, das Garantias, uma vez declarado o efetivo vencimento antecipado da Emissão, salvo em caso de deliberação em contrário tomada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para tal fim, observado o disposto nos Contratos de Garantia.

6.7.3.2. As Garantias poderão ser excutidas, individual ou conjuntamente, e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias para a integral liquidação dos valores devidos em razão das Obrigações. A não-excussão, total ou

DUDESP
19 11 14

parcial, das Garantias, ou sua excussão tardia, por parte do Agente Fiduciário, não ensejará, em hipótese nenhuma, perda do direito de excussão das Garantias pelos Debenturistas.

6.8. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

6.8.1. As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada anual do IPCA ("Atualização Monetária"), calculado de forma *pro rata temporis* com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário (valor nominal unitário remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, se houver) da Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

n = número total de números-índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do segundo mês imediatamente anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures, após a data de aniversário o " NI_k " corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês imediatamente anterior de atualização. Exemplificadamente, para a primeira Data de Atualização, isto é, 15 de outubro de 2015, NI_k corresponde ao número índice do IPCA referente a até agosto de 2015, divulgado em setembro de 2015;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k". Exemplificadamente, para a primeira Data de Atualização, isto é, 15 de outubro de 2015, NI_{k-1} corresponde ao número índice do IPCA referente a partir de agosto de 2014, divulgado em setembro de 2014;

DUCESP
19 11 14

dup = número de Dias Úteis entre (i) 15 de outubro de 2014, para o primeiro mês de atualização, ou o último dia 15 (quinze); e (ii) a data de cálculo, sendo dup um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre (i) 15 de outubro de 2014, para o primeiro mês de atualização, ou o último dia 15 (quinze); e (ii) o próximo dia 15 (quinze), sendo dut um número inteiro.

6.8.1.1. As Debêntures serão atualizadas em cada uma das datas previstas no Anexo III da presente Escritura (cada uma, "Data de Atualização")

6.8.1.2. O fator resultante da expressão: $\left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

6.8.1.3. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

6.8.1.4. Se o NI_k não tiver sido divulgado até a data de aniversário das Debêntures, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA ("Número-Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NI_{kp} = Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

6.8.1.5. O Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não tiver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável.

6.8.1.6. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 15 (quinze) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo Índice de Preço ao Consumidor, apurado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("IPC").

6.8.1.7. No caso de ausência de apuração e/ou divulgação do IPC por prazo superior a 15 (quinze) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPC") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, nos termos do item 6.8.1.7 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de

DUCE SP
19 11 14

Emissão, para os Debenturistas definirem, em comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. O índice a ser proposto pela Emissora deverá ser, preferencialmente, aquele que adotar a unidade de coleta mais semelhante àquela do IPCA ("Taxa Substitutiva Similar"). Na ausência ou na impossibilidade de definição do novo índice, conforme esse critério, deverá ser proposto aquele que refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva de Mercado" e, em conjunto com a Taxa Substitutiva Similar, a "Taxa Substitutiva").

6.8.1.8. A Assembleia Geral de Debenturistas que deliberará sobre a Taxa Substitutiva deverá ser convocada no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do último dia do Período de Ausência do IPC, ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPC, o que ocorrer primeiro, observados os requisitos previstos no parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 12.431. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer Obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPC divulgado.

6.8.1.9. Caso o IPC venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada e o IPC, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para a atualização monetária do Valor Nominal Unitário Atualizado desde o dia de sua indisponibilidade.

6.8.1.10. A Taxa Substitutiva deverá ser aprovada pela Emissora e por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da cláusula 11 desta Escritura.

6.8.1.11. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas, em deliberação pela Assembleia Geral de Debenturistas, com o quórum previsto na cláusula 11, abaixo, as Partes deverão, de comum acordo, na mesma Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima, nomear um perito independente para a determinação do novo índice oficial de atualização, o qual deverá refletir ao máximo o IPCA, e que será exclusivo e vinculante às Partes, e a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures, desde que não exceda o prazo final das Debêntures e com a utilização do novo índice determinado pelo perito. Durante o prazo de Amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo a estabelecida nesta escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o novo índice de atualização determinado pelo perito. As despesas com a contratação do perito serão de responsabilidade da Emissora.

6.9. Remuneração das Debêntures

6.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração máxima correspondente a uma taxa percentual a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding* correspondente à média aritmética das taxas das Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B), com vencimento em 2022, divulgada pela ANBIMA em sua página na Internet (<http://www.anbima.com.br>), coluna Taxa Indicativa, no 3º (terceiro), 4º (quarto) e 5º (quinto) Dias Úteis anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de 180 (cento e oitenta) pontos base ou, seja, 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), expressa ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa de Juros Remuneratórios"). A Taxa de Juros Remuneratórios será incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão, e paga anualmente, observado o previsto na cláusula 6.12.1 e seguintes, calculados em regime de

DUCE SP
19 11 14

capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo ("Período de Capitalização", "Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures" e "Remuneração").

6.9.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (Fator de Juros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator de Juros = (i + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

taxa = Taxa de Juros Remuneratórios a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 6 (seis) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou, conforme o caso, a última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures e a data de cálculo.

6.10. Repactuação

6.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

6.11. Preço de Subscrição e Integralização

6.11.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, considerando o preço de subscrição com até 8 casas decimais sem arredondamento.

6.11.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso.

6.12. Pagamento das Debêntures e Encargos

6.12.1. A Remuneração das Debêntures será paga anualmente, simultaneamente com as parcelas de amortização das Debêntures, sempre nos dias 15 de outubro de cada ano, a partir do 15 de outubro de 2017 ("Data do Primeiro Pagamento das").

DUCE SP
19 11 14

Debêntures") até o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures, conforme previsto no Anexo III desta Escritura e observado o disposto nas cláusulas abaixo.

6.12.2. Durante o período compreendido entre a Data da Emissão e a Data do Primeiro Pagamento das Debêntures ("Período de Carência"), a Remuneração será paga parcialmente e o valor da Remuneração que não for paga ao Debenturista será incorporada ao Valor Nominal Unitário Atualizado, ao final de cada Período de Capitalização, conforme tabela abaixo, a qual será retificada de acordo com o *Processo de Bookbuilding*. Nas demais Datas de Pagamento de Remuneração das Debêntures, a totalidade do valor devido a título de Remuneração será paga integralmente pela Emissora aos Debenturistas.

Data	Juros Pagos	Juros Incorporados
15 de outubro de 2015	36,8069%	63,1931%
15 de outubro de 2016	78,1461%	21,8539%
15 de outubro de 2017 em diante ⁽¹⁾	100,0000%	0%
(1) A data de 15 de outubro de 2017 refere-se ao término do período de carência das Debêntures.		

6.12.3. Farão jus ao pagamento da Remuneração das Debêntures aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior a respectiva data de pagamento.

6.12.4. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) por intermédio da CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA: (a) na sede da Emissora; ou (b) por meio do Escriturador Mandatário.

6.12.5. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer Obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva Obrigação coincidir com dia que não seja Dia Útil, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

6.12.6. Os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o saldo das Obrigações não pagas ("Encargos Moratórios"), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto na cláusula 6.12.4, acima.

6.12.7. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

6.13. Amortização Programada

6.13.1. As Debêntures serão amortizadas pela Emissora nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. O Valor Nominal Unitário Atualizado será pago a cada Debenturista em 8 (oito) parcelas anuais e sucessivas, após o

DUCE SP
19 11 14

Período de Carência pela Emissora, a título de amortização, considerando os montantes previstos na tabela que constam do referido Anexo III à presente Escritura ("Amortização Programada"), sendo: (i) a primeira parcela de Amortização Programada, em 15 de outubro de 2017; (ii) as demais parcelas devidas nas respectivas datas de pagamento de Amortização Programada, estabelecidas no Anexo III desta Escritura de Emissão (cada uma, "Data de Amortização").

6.13.2. O cálculo da Amortização Programada obedecerá à seguinte fórmula:

$$AM_i = VNa \times TA_i$$

onde:

AM_i = valor unitário da i-ésima parcela de amortização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

TA_i = Taxa fixa definida para amortização, expressa em percentual, com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, de acordo com a tabela que consta no Anexo III.

6.14. Aquisição Facultativa

6.14.1. Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, é vedada a recompra das Debêntures, pela Emissora e/ou por suas Partes Relacionadas, nos 2 (dois) primeiros anos após a sua emissão.

6.14.2. Observado o prazo previsto acima, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, mediante consentimento do Debenturista titular de Debêntures em Circulação, objeto da aquisição, observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, devendo tal fato constar do relatório de administração e das demonstrações financeiras da Emissora.


6.14.3. As Debêntures objeto desse procedimento poderão: (i) ser canceladas; ou (ii) permanecer em tesouraria da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à Atualização Monetária e ao pagamento da Remuneração previstos para as Debêntures.

6.15. Resgate Antecipado

6.15.1. Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, é vedado o resgate das Debêntures, total ou parcial, antes da respectiva Data de Vencimento, salvo na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

6.16. Tratamento Tributário e Imunidade dos Debenturistas

6.16.1. As Debêntures gozarão do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431.



DUCE SP
19 11 14

6.16.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, o referido Debenturista deverá encaminhar à Emissora e ao Escriturador Mandatário a documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária. A referida documentação comprobatória da imunidade ou isenção tributária deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures ao Escriturador Mandatário e deverá ser avaliada e julgada apropriada pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora, conforme o caso, sob pena de ter descontado dos rendimentos das Debêntures os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. O Escriturador Mandatário ou a Emissora, conforme o caso, com base na documentação comprobatória da imunidade e/ou isenção tributária realizará o cálculo do valor líquido a ser pago aos Debenturistas.

6.16.3 Durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, caso as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures, em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com quaisquer acréscimos legais a serem pagos, em qualquer caso, nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá reembolsar os valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes, diretamente ao investidor e fora do âmbito da Cetip e/ou da BM&FBOVESPA.

6.17. Classificação de Risco das Debêntures

6.17.1. A Agência de Classificação de Risco contratada pela Emissora atribuiu *rating* "AA+ (exp)sf(bra)" às Debêntures, o qual deverá ser atualizado anualmente.

6.17.1.1. A Agência de Classificação de Risco poderá ser substituída caso: (i) os serviços não sejam prestados de forma satisfatória; (ii) caso haja renúncia da Agência de Classificação de Risco ao desempenho de suas funções nos termos previstos em contrato; e (iii) a pedido dos Debenturistas.

6.18. Eventos de Inadimplemento

6.18.1. Observado o disposto nas cláusulas 6.18.2 a 6.18.6 abaixo, as Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas, devendo o Agente Fiduciário declarar a exigibilidade imediata de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos de inadimplemento, observados os respectivos prazos de cura:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada com as Debêntures estabelecida nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de até 10 (dez) corridos após o recebimento, pela Emissora, de notificação de descumprimento de obrigação, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, por escrito e com aviso de recebimento;



DUCESP
19 11 14

- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada com as Debêntures estabelecida nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia, inclusive aquela relativa à formalização e ao registro da Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, não sanada no prazo aqui e ali estabelecido, ou, em caso de omissão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação do referido descumprimento, exceto nos casos em for estipulado um prazo específico para o cumprimento da Obrigação nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia;
- (iii) não renovação, caducidade, extinção, revogação, cassação ou anulação da Autorização Portuária da Ultrafertil para a exploração do seu Terminal, exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data da publicação oficial de tal evento, a Emissora comprovar a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades de exploração do Terminal da Ultrafertil;
- (iv) provarem-se falsas, incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia, em que a falsidade, a incorreção ou o engano em questão não sejam sanados no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados: (a) do conhecimento, pela Emissora da falsidade, incorreção ou do engano; ou (b) da comunicação do Agente Fiduciário à Emissora, dos itens (a) e (b) acima, o que ocorrer primeiro, exceto nos casos em for estipulado um prazo específico para o cumprimento da Obrigação nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia;
- (v) pedido de recuperação judicial ou submissão, a qualquer credor ou classe de credores, de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora ou da VLI;
- (vi) extinção, liquidação, dissolução, declaração de insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou da VLI;
- (vii) destinação dos recursos captados por meio da Oferta para finalidade diversa da estabelecida na cláusula 4 acima;
- (viii) protesto de títulos contra a Emissora, ou inserção da Emissora em cadastro de inadimplentes, exceto apontamentos no CADIN que será tratado isoladamente conforme disposição abaixo, em valor individual ou agregado superior, a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de

JUL 27 19 11 34

reais), ou seu contravalor em outras moedas, nos prazos e nas condições previstos na relação subjacente, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pela variação do IPCA, salvo se, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora for comunicada pelo Cartório de Protestos ou órgão detentor de cadastro de inadimplentes competente para regularização do referido protesto ou inserção, seja validamente comprovado pela Emissora aos Debenturistas, que: (a) o protesto ou inserção foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto ou inserção foi suspenso ou cancelado pelo próprio cartório e/ou determinação judicial, ou ainda, (c) foram prestadas garantias em juízo;

- (ix) protesto de títulos contra a VLI, ou inserção da VLI em cadastro de inadimplentes, exceto apontamentos no CADIN que será tratado isoladamente conforme disposição abaixo, em valor individual ou agregado superior, a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, nos prazos e nas condições previstos na relação subjacente, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pela variação do IPCA, salvo se, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora for comunicada pelo Cartório de Protestos ou órgão detentor de cadastro de inadimplentes competente para regularização do referido protesto ou inserção, seja validamente comprovado pela Emissora aos Debenturistas, que: (a) o protesto ou inserção foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto ou inserção foi suspenso ou cancelado pelo próprio cartório e/ou determinação judicial, ou ainda, (c) foram prestadas garantias em juízo;
- (x) caso as garantias previstas nos Contratos de Garantia sejam objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou se tornem insuficientes, sem o devido reforço de garantia, de forma aceitável pelos Debenturistas, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xii) realização de redução do capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;

DUCESP

19 11 14

- (xiii) descumprimento pela Emissora de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou administrativa contra a Emissora, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente a partir da Data de Emissão pela variação do IPCA, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (xiv) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pela variação do IPCA;
- (xv) se a Emissora contrair qualquer endividamento, ou a ele se sujeitar, desde que não seja relacionado ao Projeto de Investimento—incluindo, neste caso, qualquer endividamento relacionado ao Contrato de Suporte Financeiro de Acionistas ou à emissão de Debêntures Adicionais—, cujas obrigações de pagamento e quaisquer outras não estejam subordinadas ao pagamento de todas as obrigações devidas no âmbito das Debêntures;
- (xvi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (xvii) realização de qualquer pagamento de participação no resultado pela emissora, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xviii) existência de ato de qualquer Pessoa, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos e propriedades da Emissora e/ou as ações representativas do capital social da Emissora;
- (xix) alteração do objeto social da Emissora que impacte de modo significativo as atividades atualmente desempenhadas pela Emissora e a prestação dos serviços;
- (xx) compartilhamento ou constituição de quaisquer novos Ônus sobre as Garantias ou sobre os bens e direitos a que elas se relacionam— exceto em relação às Alienação Fiduciária a ser compartilhada em caso de emissão das Debêntures Adicionais—, sem a aprovação prévia de

DUCE SP

10 11 14

Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, na forma da cláusula 11 desta Escritura, desde que referidos Ônus não sejam subordinados aos direitos das Debêntures;

- (xxi) outorga ou constituição de garantias de quaisquer espécies em favor de terceiros sobre quaisquer bens ou direitos da Emissora, exceto as previstas na presente Escritura, e/ou relacionadas às Debêntures Adicionais, sem a aprovação, prévia e escrita, de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xxii) descumprimento pela VLI de qualquer decisão judicial transitada em julgado sem possibilidade de reversão ou administrativa contra a VLI, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente a partir da Data de Emissão pela variação do IPCA, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (xxiii) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a VLI, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pela variação do IPCA;
- (xxiv) qualquer Alienação ou Oneração das ações da Emissora de titularidade da VLI a uma Pessoa que não seja uma Parte Relacionada, salvo se de outra forma autorizado previamente e por escrito, pela Salus, pela Salus FIP e por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xxv) no caso da ocorrência de mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do Controle da VLI, sem a prévia anuência da Emissora e dos Debenturistas, exceto se (i) os novos controladores possuírem rating(s) público(s), divulgados pela Moody's, S&P ou Fitch, iguais ou superiores a "AA-" em escala local; ou (ii) a mudança, transferência ou cessão do Controle da VLI ocorra entre as atuais acionistas da VLI, quais sejam a Vale S.A. (CNPJ 33.592.510/0001-54), a Brookfield Brazil Infrastructure Fundo de Investimento em Participações (CNPJ 16.718.541/0001-90), o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CNPJ 09.234.078/0001-45) e a Mitsui & Co (CNPJ 05.466.338/0001-57); e/ou

DUCE SP

19 11 14

(xxvi) não renovação da contratação da Agência de Classificação de Risco para atribuição do *rating* às Debêntures, nos termos previstos na cláusula 6.17.1, acima.

6.18.1.1. Em ocorrendo inserção da VLI ou da Emissora no CADIN, exclusivamente, aplicar-se a o valor individual ou agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), salvo se, no prazo de 60 (sessenta) Dias Úteis contados da data em que a Emissora e ou a VLI for comunicada pelo órgão detentor de cadastro de inadimplentes competente para regularização da referida inserção, seja validamente comprovado pela Emissora e ou pela VLI aos Debenturistas, que: (a) a inserção foi efetuada por erro ou má-fé de terceiros; (b) a inserção foi suspensa ou cancelada pelo próprio órgão e/ou determinação judicial, ou ainda, (c) foram prestadas garantias em juízo.

6.18.2. Na ocorrência dos eventos de inadimplemento previstos nas alíneas (ii), (iv), (vii), (viii), (ix), (xiii), (xiv), (xvii), (xviii), (xix), (xxii), (xxiii), (xxv) e (xvi) da cláusula 6.18.1 acima, será convocada pelo Agente Fiduciário a Assembleia Geral de Debenturistas para declarar seu vencimento antecipado, observado o previsto na cláusula 6.18.5 e 6.18.6, abaixo.

6.18.3. Nas demais hipóteses da cláusula 6.18.1, acima, previstas nas alíneas (i), (iii), (v), (vi), (x), (xi), (xii), (xv), (xvi), (xx), (xxi) e (xxiv), todos os valores devidos no âmbito desta Escritura serão considerados automaticamente e antecipadamente vencidos.

6.18.4. A ocorrência de qualquer dos eventos descritos na cláusula 6.18.1 deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário pela Emissora, em prazo de até 3 (três) Dias Úteis de seu conhecimento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou a comunhão dos Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Emissão ou da Oferta, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Obrigações.

6.18.5. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a cláusula 6.18.2 acima poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o quórum previsto na cláusula 11.8.

6.18.5.1. Se, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto nas cláusulas 11.8 e 11.9 decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.18.5.2. Caso não seja realizada a Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum, em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.18.6. Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, diretamente por constatação de uma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na cláusula 6.18.3, ou por meio da Assembleia Geral de Debenturistas nas hipóteses previstas na cláusula 6.18.2, a Emissora deverá efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido da Remuneração das

Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura - incluindo Encargos Moratórios devidos, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados - em até 10 (dez) Dias Úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

6.18.6.1. O não pagamento no prazo acima previsto até o 10º (décimo) Dia Útil da comunicação do Agente Fiduciário, conforme previsto na cláusula 6.18.6, acima, poderá sujeitar a Emissora ao pagamento de Encargos Moratórios adicionais, além dos previstos na cláusula 6.18.6 acima.

6.19. Publicidade

6.19.1. Todos os atos, fatos, decisões e/ou documentos relativos às Debêntures deverão ser veiculados em jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias da Emissora, atualmente o jornal Diário do Comércio ("Jornal Diário do Comércio") e deverão ser publicados no DOESP, exceto pelos documentos relativos à Oferta – Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento da Oferta – que serão publicados no jornal Valor Econômico ("Jornal Valor Econômico").

6.19.1.1. A Emissora poderá alterar este Jornal Diário do Comércio, acima mencionado, por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário.

6.19.2. As publicações de atos e decisões relativas às Debêntures deverão ser encaminhados ao Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após a referida publicação. Conforme o caso, a publicação acima referida, exceto pelos documentos relacionados à Emissão e à Oferta, poderá ser substituída por correspondência registrada encaminhada a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis da sua verificação. O disposto na presente cláusula não inclui os atos e fatos relevantes, que deverão ser divulgados na forma prevista na Instrução da CVM 358.

6.19.3. As demais informações periódicas da Emissora serão disponibilizadas ao mercado, nos prazos legais e/ou regulamentares, por meio do sistema da CVM de envio de Informações Periódicas e Eventuais - IPE, ou de outras formas exigidas pela legislação aplicável.

6.20. Comunicações

6.20.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora

SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

At: Servicing

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.941, 1º andar, sala 101, Jardim Paulistano

CEP 01451-001, São Paulo, SP

Telefone: (11) 3127-2700

Fax: (11) 3127-2700

Email: contato@salusinfraestrutura.com

DUCESP
19 11 14(ii) Para o Agente Fiduciário**PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

At: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304.CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Email: operacional@pentagonotrustee.com.br

6.20.2. As comunicações: (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

6.20.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à Emissora, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais Partes.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**7.1.** A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (a) dentro, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
- (b) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este

DUCESP

19 11 14

contratado a suas expensas), por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da solicitação, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;

- (c) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas, cuja ordem do dia possa impactar, de qualquer forma, as Debêntures, e, prontamente, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, cujas deliberações possam impactar, de qualquer forma, as Debêntures, bem como todas as reuniões dos órgãos da administração, cujas deliberações possam impactar, de qualquer forma, as Debêntures;
 - (d) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados a eles enviados;
 - (e) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de solicitação;
 - (f) mediante solicitação, fornecer informações que razoavelmente venham a ser solicitadas e cópias dos documentos correlatos a respeito de qualquer dos eventos indicados de vencimento antecipado, imediatamente após a sua ocorrência; e
 - (g) informar e enviar todos os dados financeiros, os atos societários e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações necessárias à elaboração do relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 (trinta) dias após a referida solicitação.
- (ii) preparar as demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, as demonstrações consolidadas auditadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (iii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor devidamente registrado na CVM;
 - (iv) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do



DUCE SP
19 11 14

encerramento do exercício social;

- (v) manter os documentos mencionados no inciso anterior em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (vi) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente tal fato ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
- (viii) fornecer as informações solicitadas pela CVM tempestivamente;
- (ix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (x) convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente relacione-se com a presente Emissão ou com as Debêntures, nos termos da cláusula 11 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura e não o faça;
- (xi) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiii) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA, conforme o caso, se aplicável, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xiv) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;
- (xv) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (xvi) manter vigentes as apólices de seguros necessárias para a cobertura do Projeto de Investimento, conforme as práticas usuais de mercado, nos termos dos contratos relacionados às Atividades;
- (xvii) utilizar os recursos oriundos da Emissão exclusivamente conforme descrito na cláusula 4 desta Escritura e de acordo com o quadro de usos

e fontes apresentado para a SEP quando do enquadramento do Projeto de Investimento como prioritário nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 7.603;

- (xviii) (a) atualizar anualmente, até a Data de Vencimento das Debêntures, o relatório de classificação de risco elaborado para a Oferta; (b) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas de classificações de risco, com periodicidade de, no mínimo, 1 (um) ano, até a Data de Vencimento das Debêntures; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora;
- (xix) caso a Agência de Classificação de Risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério: (a) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's; ou (b) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta; e
- (xx) contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP, a BM&FBOVESPA, o Agente Fiduciário, bem como a tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para a manutenção das Debêntures.

7.2. A Emissora, nesta data, outorga, em favor do Agente Fiduciário, a procuração cujo modelo consta do Anexo IV, com fim de, em nome da Emissora, exercer seus poderes, direitos, faculdades e pretensões previstos no Contrato de Suporte Financeiro de Acionistas, estritamente no interesse dos Debenturistas e para o adimplemento das Debêntures, nas seguintes hipóteses: (1) a VLI tornar-se, por qualquer motivo e sob qualquer forma, a titular do Controle da Emissora; ou (2) a Emissora e/ou o Salus FIP não exercerem seus poderes, direitos, faculdades e pretensões nos termos previstos no Contrato de Suporte Financeiro ("Procuração do Agente Fiduciário").

7.3. A Emissora compromete-se a, na hipótese de substituição por qualquer motivo do Agente Fiduciário, e daqueles que o sucederem, outorgar, em até 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data de celebração de aditivo à Escritura para nomear o novo agente fiduciário, outorgar ao novo agente fiduciário os mesmos poderes, direitos, faculdades e pretensões previstos nos termos da Procuração do Agente Fiduciário.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora constitui e nomeia a PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas.

JUCESP
19 11 14

8.2. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, uma Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.1. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na cláusula 8.2 acima, caberá à Emissora efetua-la.

8.2.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

8.2.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.2.4. É facultado aos Debenturistas, após a integralização, desde que tenha sido publicado o Anúncio de Encerramento da Oferta das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, sendo que o valor a ser pago pela Emissora ao novo Agente Fiduciário se limitará ao valor pago ao Agente Fiduciário vigente à época da substituição.

8.2.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, que deverá ser registrado na JUCESP e posteriormente encaminhado à CVM.

8.2.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de Agente Fiduciário substituto, a partir da data de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.2.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da Lei das Sociedades por Ações e da CVM.

8.3. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

(ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens, inclusive por meio do exercício dos poderes

JUCESP
19 11 14

outorgados com a Procuração do Agente Fiduciário;

- (iii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, às expensas da Emissora, caso ela não o faça, a inscrição desta Escritura e dos seus respectivos Aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e as irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da cláusula 6.18(ii), acima. Nesse caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (ix) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (x) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, observados os termos dos Contratos de Garantia;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, às expensas da Emissora, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado na forma da cláusula 6.19.1;
- (xiv) comparecer a qualquer Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

DUCE SP
10 11 14

- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no referido período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamento da Remuneração e da Amortização Programada, bem como aquisições, resgates e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (1) denominação da companhia ofertante;
 - (2) valor da emissão;
 - (3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (4) espécie;
 - (5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (xvi) colocar o relatório de que trata a cláusula 8.3 (xv) acima à disposição dos

Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM;
 - (d) na sede do Coordenador Líder; e
 - (e) na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, conforme o caso.
- (xvii) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (xviii) divulgar as informações referidas na alínea "k" a cláusula 8.3.(xv) acima em sua página na *internet* tão logo delas tenha conhecimento;
- (xix) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Escriturador Mandatário, e à CETIP e/ou BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP e/ou BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e de seus respectivos Debenturistas;
- (xx) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xxi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Uma comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso, e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;
- (xxii) verificar o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas na cláusula 7.1, acima;
- (xxiii) cumprir com os demais deveres previstos da Instrução CVM 28, em lei ou em ato normativo da CVM;
- (xxiv) acompanhar com o Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura;
- (xxv) informar aos Debenturistas a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas, em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nos termos desta Escritura;

DUCESP
19 11 14

(xxvi) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado o cálculo do preço unitário a ser calculado pela Emissora, por meio de sua central de atendimento e/ou website www.pentagonotrustee.com.br; e

(xxvii) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora.

8.4. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas, as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas cláusulas 8.4 (i) a 8.4(iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, nos termos do capítulo 10, abaixo.

8.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.7. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los,

DUCEP

10 11 14

nos termos da legislação aplicável, observada as obrigações do Agente Fiduciário expressamente dispostas nesta Escritura.

8.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão realizados quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, observados os termos da presente Escritura.

8.9. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga a título de honorários pelos serviços, paga em parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas 15 (quinze) Dias Úteis após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais na mesma data dos anos subsequentes. Referida remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, a ser paga proporcionalmente com base nos meses de atuação do Agente Fiduciário.

8.9.1. A remuneração acima prevista será reajustada anualmente pela variação acumulada do IPCA, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso a Pentágono ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.9.2. Os valores referidos acima serão acrescidos dos impostos que incidem sobre a prestação desses serviços, tais como o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, a constituição ao Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.9.3. No caso de atraso no pagamento de quaisquer quantias devidas, o valor em atraso estará sujeito à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito ao reajuste pelo IPCA, o qual incidirá desde a data de mora até a data de efetivo pagamento, calculado *pro rata die*, se necessário.

8.10. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais e razoáveis que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Dessa maneira, as remunerações indicadas na cláusula 8.9, acima, não incluem as despesas razoáveis e comprovadas com viagens, alimentação, estadias, transporte, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos e publicações necessárias ao exercício da função a ser desempenhada pelo Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura ou nos termos previstos em lei. Não estão também incluídas as despesas com eventuais especialistas, tais como auditoria em garantias relacionadas com a Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações aqui assumidas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra

o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa dos Debenturistas, serão também suportadas pela Emissora. Tais despesas incluem, ainda, honorários advocatícios para a defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente suportadas pela Emissora. Em caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e comprovadas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 5 (cinco) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas, na proporção das Debêntures detidas, para cobertura do risco de sucumbência arbitrada em juízo, devendo os Debenturistas ser ressarcidos pela Emissora, nos termos da cláusula 8.11, abaixo.

8.11. O ressarcimento a que se refere a cláusula 8.10 acima será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega pelo Agente Fiduciário, à Emissora, de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

8.12. Os poderes, pretensões e faculdades atribuídas, ao Agente Fiduciário, nesta Escritura poderão ser exercidos direta e conjuntamente pelos Debenturistas, após deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme procedimento aqui estabelecido, caso o Agente Fiduciário não os exerça, retarde em exercê-los, ou exerça-os em desconformidade, total ou parcial com esta Escritura.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara e garante à Emissora, sob penas da lei, que:

- (i) não tem qualquer impedimento legal, estando devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceita integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (v) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

- (vi) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) está ciente dos termos da Circular BACEN 1.832, conforme alterada;
- (viii) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ix) a Oferta, a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida ou a que esteja sujeito;
- (x) conhece e aceita integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (xi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- (xiii) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (xiv) verificou a regularidade da constituição das Garantias;
- (xv) conforme exigência da alínea "k" do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na seguinte emissão de debêntures da Emissora ou das sociedades vinculadas (coligadas, Controladas, Controladoras ou integrantes do mesmo grupo econômico) à Emissora: 3ª emissão de debêntures da RB Capital Holding S.A., composta por 920 (novecentas e vinte) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais), na respectiva data de emissão, com data de vencimento em 25 de junho de 2018. A referida emissão não possui qualquer garantia. Até a presente data não foram identificados eventos de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento.

9.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na cláusula 9.1 acima torne-se total ou parcialmente inverídica, incompleta ou incorreta.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, sob penas da lei, que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e dos Contratos de Garantia têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas Controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) esta Escritura e os Contratos de Garantia, de acordo com os seus termos e condições, constituem uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora;
- (vii) as informações prestadas no âmbito da Oferta são atualizadas, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos seus ativos, passivos, responsabilidades, condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (viii) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia bem como a Oferta, (a) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas Controladas e/ou coligadas sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, exceto a Oneração prevista nos Contratos de Garantia; ou (3) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos; e (b) não exigem a aprovação de qualquer Pessoa, exceto por CVM, JUCESP, CETIP, BM&FBOVESPA e os cartórios referidos na cláusula 2, acima;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora, em conjunto com as

DUCE SP

19 11 14

respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente: (a) representam corretamente, em tais datas, a posição financeira da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas; (b) foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; e (c) refletem corretamente, em tais datas, os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

- (x) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, que estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras da Emissora, a Emissora e suas coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto ainda por eventuais descumprimentos que não possam causar um impacto adverso relevante;
- (xi) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um impacto adverso relevante;
- (xii) têm plena ciência e concorda integralmente que determinados eventos de inadimplemento poderão ocorrer em razão de fatos, atos ou omissões relacionados com terceiros;
- (xiii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma da Atualização Monetária das Debêntures e com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xiv) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há fatos relativos à Emissora, a suas coligadas, ou às Debêntures, que, até a data de sua integralização, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura ou dos Contratos de Garantia seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xv) (a) conhece e está em consonância com todas as disposições da Lei 12.846, e, em particular, declara, sem limitação, que: (1) não financia, custeia, patrocina ou de qualquer modo subvenciona a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 12.846; (2) não promete, oferece ou dá, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ela relacionada; e (3) não obtém vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações das Autorizações Portuárias; e (b) declara que, em todas as suas atividades relacionadas a este Contrato, cumprirá, a todo tempo, com todos os regulamentos, leis e legislação aplicáveis; e
- (xvi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

DUCESP
19 11 14

10.2. A Emissora compromete-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas, caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados em razão de inverdade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta cláusula 7 e dos Contratos de Garantia.

11. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas.

11.2. Aplica-se às Assembleias Gerais dos Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

11.3. As Assembleias Gerais dos Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

11.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

11.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.6. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

11.7. A cada Debênture, caberá 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura.

11.8. Qualquer deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas deverá contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, exceto nas hipóteses de quórum específico previstas nesta Escritura.

11.9. Estarão sujeitas à aprovação dos Debenturistas:

- (i) que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação detidas pelos presentes em tal Assembleia Geral de Debenturistas:

DUCE SP

19 11 14

- (a) a não declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, constantes da presente Escritura, em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures, conforme a cláusula 6.18.2 da presente Escritura;
 - (b) a aprovação da Taxa Substitutiva pelos Debenturistas, a ser aprovada em comum acordo nos termos das cláusulas 6.8.1.9 e seguintes da presente Escritura; e
 - (c) aprovação de constituição de Ônus sobre as Garantias, exceto pelos previstos nesta Escritura, nos Contratos de Garantia.
- (ii) que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação:
- (a) a alteração de quaisquer condições ou prazos de pagamento das Debêntures, incluindo a alteração da Remuneração, da Atualização Monetária e da Amortização Programada das Debêntures, exceto pelo previsto para a Taxa Substitutiva, nos termos das cláusulas 6.8.1.9 e seguintes e da alínea (b), do item (i) desta cláusula 11.9 da presente Escritura; e
 - (b) a alteração dos quóruns de deliberação, para fins de deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto nesta cláusula 11.9.

12. DESPESAS DA EMISSORA

12.1. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Emissora em razão da Emissão ou quaisquer das obrigações aqui previstas – inclusive registro em cartório, honorários advocatícios, remuneração e despesas do Agente Fiduciário e do Escriturador Mandatário, custas e despesas judiciais, tributos, encargos e taxas –, será de inteira responsabilidade da Emissora, não cabendo ao Agente Fiduciário, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

12.2. Caso o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, ou qualquer dos Debenturistas arque com qualquer custo ou despesa relativo às Debêntures que seja de responsabilidade da Emissora, a Emissora deverá reembolsá-los, conforme o caso, em até 15 (quinze) Dias Úteis, contados do recebimento de cópia dos comprovantes.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Dessa forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

DUCE SP

10 11 14

13.2. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na cláusula 2 acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

13.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.4. Esta Escritura, os Contratos de Garantia e os demais documentos a serem celebrados com terceiros, relacionados com as Debêntures e as Garantias, constituem o integral entendimento entre as Partes, com relação à Emissão.

13.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

13.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

13.7. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, I do Código de Processo Civil Brasileiro, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

14. LEI APLICÁVEL

14.1. A constituição, a validade e interpretação deste Contrato, incluindo a presente cláusula, serão regidos de acordo com as leis substantivas no Brasil, vigentes na data de assinatura deste instrumento. Fica expressamente proibida e renunciada pelas Partes a aplicação de equidade e/ou de quaisquer princípios e regras não previstas pelas leis substantivas acima mencionadas.

15. RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

15.1. Sem prejuízo da execução das Debêntures ou desta Escritura, as partes empreenderão seus melhores esforços para resolver quaisquer pendências, discórdias, controvérsias, divergências ou reivindicações ("Controvérsias") resultantes ou relativas a este Contrato, inclusive quanto à sua interpretação, validade ou extinção, na forma da presente cláusula, sempre com ética e boa-fé e na preservação de seu espírito motivador.

15.2. Na hipótese de as Partes não chegarem a um acordo no âmbito do procedimento acima previsto, as partes acordam que a Controvérsia será resolvida de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil



Canadá ("CCBC" e "Regulamento CCBC"), por 3 (três) árbitros. Cada uma das Partes deverá nomear um árbitro, na forma do Regulamento CCBC. Os árbitros nomeados pelas partes deverão nomear, em conjunto e por acordo mútuo, o terceiro árbitro, que deverá presidir o Tribunal Arbitral. Quando houver múltiplos requerentes ou múltiplos requeridos na arbitragem, os múltiplos requerentes e/ou os múltiplos requeridos deverão designar conjuntamente um árbitro. Quando uma parte adicional tiver sido integrada à arbitragem a parte adicional poderá, conjuntamente com o(s) requerente(s) ou com o(s) requerido(s), designar um árbitro. Na falta de designação conjunta do árbitro nos casos de múltiplos requerentes ou requeridos ou de parte adicional, e não havendo acordo em relação ao método de constituição do tribunal arbitral, o Presidente da CCBC poderá nomear todos os árbitros, indicando um deles para atuar como presidente do tribunal arbitral.

15.3. A arbitragem será regida pelas Leis da República Federativa do Brasil e será uma arbitragem de direito, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade.

15.4. O local da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde será proferida a sentença arbitral. O idioma da arbitragem será o Português.

15.5. Até a instauração da arbitragem, nos termos do art. 19 da Lei de Arbitragem, as Partes poderão invocar o Poder Judiciário para a propositura de medida de urgência, sempre que houver fundado receio de lesão grave e de difícil reparação, e que dependam, para sua eficácia e efetividade, de ato coercitivo da autoridade judiciária, sem que tais fatos constituam renúncia das partes de submeterem seus conflitos à arbitragem. Para tais fins, as partes elegem o foro da comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Após a instauração da arbitragem, o Tribunal Arbitral deverá deliberar sobre a concessão de qualquer medida dessa natureza, podendo, inclusive, rever decisões tomadas anteriormente pelo Poder Judiciário.

15.6. Exceto pelos honorários dos respectivos advogados, os quais serão arcados pelas partes litigantes individualmente, todas as demais despesas e custos de arbitragem serão suportados por qualquer uma das partes ou por ambas, conforme o Tribunal Arbitral venha a determinar ao final do procedimento, podendo ser arcado pela Emissora todos os custos e despesas, caso assim fique comprovado, a culpa ou dolo da mesma na referida arbitragem.

15.7. As Partes concordam em tratar o procedimento arbitral, informações e documentos correlatos como confidenciais.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 23 de outubro de 2014.

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco.]

DUCE SP

19 11 14

Página de Assinatura 1/3 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão, para distribuição pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, da Salus Infraestrutura Portuária S.A", celebrada em 23 de outubro de 2014, entre a Salus Infraestrutura Portuária S.A., a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.



SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

Por:

Cargo:

Flávia Palacios Mendonça
RG: 013.187.264-0 (SSP/RJ)
CPF: 052.718.227-37

Por:

Cargo:

Felipe Brito da Silva
RG: 32923883 (SSP/SP)
CPF: 344.909.858-60



DUCE SP

10 11 14

Página de Assinatura 2/3 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão, para distribuição pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, da Salus Infraestrutura Portuária S.A", celebrada em 23 de outubro de 2014, entre a Salus Infraestrutura Portuária S.A., a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por:

Cargo: **Pedro Silva**
Procurador

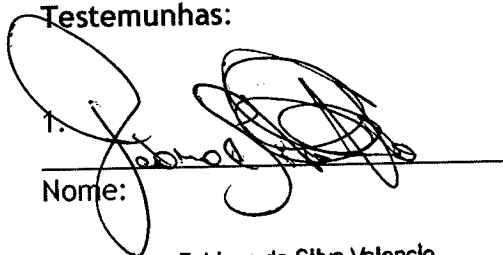


JUCESP

10 11 11

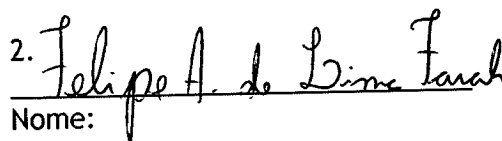
Página de Assinatura 3/3 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão, para distribuição pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, da Salus Infraestrutura Portuária S.A", celebrada em 23 de outubro de 2014, entre a Salus Infraestrutura Portuária S.A., a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Testemunhas:

1. 

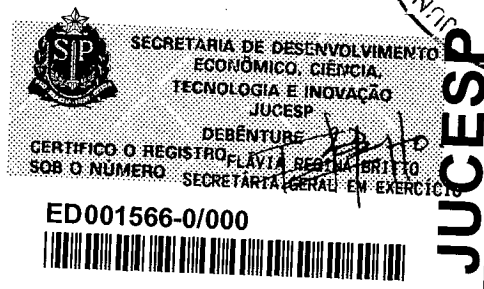
Nome:

Fabiano da Silva Valencio
RG: 30.544.589-3 (SSP/SP)
CPF: 289.130.288-59

2. 

Nome:

Felipe Alexandre de Lima Farah
RG: 565.4231 SEGUP/PA
CPF: 938.968.872-53





ANEXO I – DEFINIÇÕES

Palavra ou expressão	Definição
" <u>Acionistas</u> "	significa o Salus FIP e a VLI, quando mencionados em conjunto.
" <u>Acordo de Acionistas</u> "	conforme definido na cláusula 6.7.2.2.
" <u>Ações</u> "	conforme definido na cláusula 6.7.2.2, (i).
" <u>Ações Adicionais</u> "	conforme definido na cláusula 6.7.2.2, (ii).
" <u>Assembleia Geral de Debenturistas</u> "	conforme definido na cláusula 11.1.
" <u>AGE</u> "	conforme definido na cláusula 1.2.
" <u>Agente Fiduciário</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Agência de Classificação de Risco</u> "	significa a Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade limitada, com sede na Alameda Santos, nº 1.470, conjunto 511, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33, contratada para elaborar a classificação de risco das Debêntures.
" <u>Alienação</u> " (bem como o verbo correlato " <u>Alienar</u> ")	significa qualquer operação que envolva, direta ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto, promessa, compromisso ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, condicionada ou não, de quaisquer bens e direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de propriedade, posse, uso ou fruição, por uma Pessoa a outra, inclusive por meio de Partes Relacionadas e Reorganização Societária.
" <u>Alienação Fiduciária</u> "	conforme definido na cláusula 6.7.1.
" <u>Alienante</u> "	significa o Salus FIP.
" <u>Amortização</u> "	conforme definido na cláusula 6.13.1.

DUCE SP
19 11 14

Programada"

"ANBIMA"

significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

"Anúncio de Encerramento"

significa o "Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública da 1ª Emissão de Debêntures da Salus Infraestrutura Portuária S.A.", elaborado nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.

"Anúncio de Início"

significa o "Anúncio de Início de Distribuição Pública da 1ª Emissão de Debêntures da Salus Infraestrutura Portuária S.A.", elaborado nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.

"Atividades"

conforme definido no preâmbulo.

"Atividades FASE 1"

conforme definido no preâmbulo.

"Atividades FASE 2"

conforme definido no preâmbulo.

"Atualização Monetária"

conforme definido na cláusula 6.8.1.

"Autorizações Portuárias" ou "Autorização Portuária"

conforme definido no preâmbulo.

"Banco Liquidante"

conforme definido na cláusula 5.6.2.

"BM&FBOVESPA"

significa BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

"CADIN"

significa o Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal

"Canal"

conforme definido no preâmbulo.

"CCBC"

Conforme definido na cláusula 15.2.

"Cessão Fiduciária"

conforme definido na cláusula 6.7.1.

"CETIP"

significa CETIP S.A. — Mercados Organizados.

"CETIP 21"

significa o Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.

"CMN"

significa o Conselho Monetário Nacional.

"Circular BACEN"

significa a Circular do Banco Central do Brasil nº

DUCE SP

10 11 14

1.832"

1.832, de 31 de outubro de 1990.

"Código ANBIMA"

significa o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 03 de fevereiro de 2014.

"Código Civil Brasileiro"

significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

"Código de Processo Civil Brasileiro"

significa a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.

"Consortiadas"

conforme definido no preâmbulo.

"Conta do Projeto"

significa a conta aberta no Custodiante, banco 341, agência 8541, conta corrente 19942-1, nos termos do Contrato de Conta Vinculada, a qual será utilizada para depósito dos valores da integralização das Debêntures e para depósito dos valores devidos no âmbito do Contrato de Contraprestação por Melhoramento e de quaisquer outros valores decorrentes de contratos celebrados com a VLI e a Ultrafertil no âmbito da Oferta.

"Contrato de Alienação Fiduciária"

conforme definido na cláusula 6.7.2.

"Contrato de Cessão Fiduciária"

conforme definido na cláusula 6.7.2.

"Contrato de Construção - UDC"

conforme definido no preâmbulo.

"Contrato de Conta Vinculada"

significa o Contrato de Custódia de Recursos Financeiros, celebrado em 23 de outubro de 2014, entre o Custodiante e a Emissora, para a realização do controle da conta corrente de titularidade da Emissora.

"Contrato de Contraprestação por Melhoramento do Canal Piaçaguera"
ou "Contrato de Contraprestação por Melhoramento"

conforme definido no preâmbulo.

"Contrato de Distribuição"

significa o " Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com

"Contrato de Dragagem"

"Contratos de Garantía"

"Contrato de Suporte Financeiro de Acionistas"

"Contratos FASE 1"

"Contratos FASE 2"

"Contratos do Projeto"

"Controle" (bem como os correlatos "Controlar" ou "Controlada")

"Controvérsias"

"Coordinador Líder"

"Créditos Cedidos"

"Custodiante"

"CVM"

significa a Comissão de Valores Mobiliários.



DUCE SP
19 11 14

"Data de Amortização"

conforme definido na cláusula 6.13.1.

"Data de Atualização"

conforme definido na cláusula 6.8.1.1.

"Data de Emissão"

conforme definido na cláusula 5.3.1.

"Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures"

conforme definido na cláusula 6.9.1.

"Data de Vencimento das Debêntures"

conforme definido na cláusula 6.3.1.

"DDA"

significa o DDA - Sistema de Distribuição de Ativos, operacionalizado e administrado pela BM&FBOVESPA.

"Debêntures"

conforme definido no preâmbulo.

"Debêntures Adicionais"

significam as debêntures adicionais que eventualmente venham a ser emitidas em nova emissão, caracterizadas como debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real – compartilhamento da Alienação Fiduciária – e recursos destinados à complementação das Atividades.

"Debêntures em Circulação"

significam todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de Partes Relacionadas.

"Debenturistas" ou, individualmente, "Debenturista"

conforme definido no preâmbulo.

"Decreto 7.603"

significa o Decreto Presidencial n.º 7.603, de 09 de novembro de 2011.

"Dia Útil"

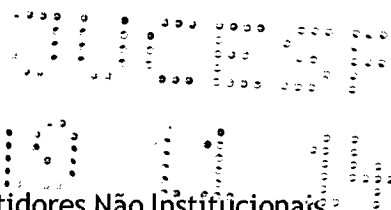
significa, para fins de cálculo todo dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional na República Federativa do Brasil. Para fins de pagamento, (i) se pela Cetip todo dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil, (ii) se pela BM&FBOVESPA, todo dia que não seja sábado, domingo ou que, por qualquer motivo, não houver expediente na BM&FBOVESPA.

"Direcionamento da Oferta"

conforme definido na cláusula 5.5.8.2.

DUCESP
19 11 14

"DOESP"	significa Diário Oficial do Estado de São Paulo.
"Emissão"	conforme definido no preâmbulo.
"Emissora"	conforme definido no preâmbulo.
"Encargos Moratórios"	conforme definido na cláusula 6.12.5.
"Escritura"	conforme definido no preâmbulo.
"Escrutador Mandatário"	conforme definido na cláusula 5.6.1
"Garantias"	conforme definido na cláusula 6.7.1
"Início da Distribuição"	conforme definido na cláusula 5.5.9.
"Instituições Participantes" ou, individualmente, "Instituição Participante"	conforme definido na cláusula 5.5.7.
"Instrução CVM 28"	significa a Instrução nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
"Instrução CVM 358"	significa a Instrução nº 358 de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
"Instrução CVM 400"	significa a Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
"Instrução CVM 409"	significa a Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
"Instrumento de Consórcio"	conforme definido no preâmbulo.
"Investidor Institucional"	significam os Investidores Qualificados, observado que, caso os Investidores Qualificados optem por se submeter ao regime previsto para os Investidores Não Institucionais no Contrato de Distribuição e na Escritura, serão qualificados como Investidores Não Institucionais.
"Investidor Não Institucional"	Significa (i) o investidor que não possa ser classificado como Investidor Qualificado, que apresente ordem de investimento entre R\$1.000,00 e R\$300.000,00; ou (ii) o Investidor Qualificado que opte por se submeter ao



regime previsto para os Investidores Não Institucionais no Contrato de Distribuição e na Escritura, inclusive quanto à não participação no Procedimento de *Bookbuilding* e que realize Pedido de Reserva durante o Período de Reserva.

"Investidor Não Qualificado"

significa o investidor que não possa ser classificados como Investidor Qualificado.

"Investidor Qualificado"

significa o investidor qualificado, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409.

"Investidores"

significam, conjuntamente, os Investidores Institucionais e os Investidores Não Institucionais.

"IPC"

significa o Índice de Preço ao Consumidor, apurado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

"IPCA"

significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

"Jornal Valor Econômico"

conforme definido na cláusula 6.19.1.

"Jornal Diário do Comércio"

conforme definido na cláusula 6.19.1.

"JUCESP"

significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo

"Lei das Sociedades por Ações"

significa a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

"Lei de Arbitragem"

significa a Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996, conforme alterada.

"Lei 4.728"

significa a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.

"Lei 6.385"

significa a Lei n.º 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada.

"Lei 9.514"

significa a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada.

"Lei 10.931"

significa a Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada.

"Lei 12.431"

significa a Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada.

DUCE SP
19 11 14

"Lei 12.846"

significa a Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013.

"MDA"

significa o sistema para distribuição no mercado primário, MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

"Nota Promissória"

conforme definido no preâmbulo.

"NTN-B"

significam as Notas do Tesouro Nacional, série B com vencimento em 2022.

"Número-Índice
Projetado"

conforme definido na cláusula 6.8.1.4.

"Obrigação" ou
"Obrigações"

toda e qualquer obrigação derivada da Emissão e da Oferta, inclusive valores devidos, seja decorrente desta Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou da legislação aplicável, em caso de: (i) inadimplemento, total ou parcial, (ii) vencimento antecipado, (iii) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável, (iv) qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura e dos Contratos de Garantia, (v) haver qualquer outro montante devido pela Emissora aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura ou dos Contratos de Garantia; e (vi) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com a Oferta ou a Emissão.

"Oferta"

conforme definido na cláusula 2.4.1.

"Oferta
Institucional"

conforme definido na cláusula 5.5.8.5.

"Oferta Não
Institucional"

conforme definido na cláusula 5.5.8.2.

"Ônus" e o verbo
correlato "Onerar"

quaisquer ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, fideicomisso, uso, usufruto, acordo de acionistas, cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, preferência ou prioridade, garantias ou pessoais, e quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários.

DUCESP
19 11 14

"Partes", e
individualmente
"Parte"

conforme definido no preâmbulo.

"Partes
Relacionadas" ou
"Parte Relacionada"

significa (i) com relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa que (a) a Controle; (b) seja por ela Controlada; (c) esteja sob Controle comum; e (d) seja com ela coligada; (ii) com relação a determinada pessoa natural, os familiares até segundo grau; e (iii) com relação a determinada pessoa jurídica, fundos de investimento exclusivo, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada.

"Pedidos de Reserva"
ou, singularmente,
"Pedido de Reserva"

conforme definido na cláusula 5.5.8.2.

"Pessoa"

significa qualquer pessoa natural, pessoa jurídica (de direito público ou privado), ente personificado ou não, condomínio, *trust*, veículo de investimento, comunhão de recursos ou qualquer organização que represente interesse comum, ou grupo de interesses comuns, inclusive previdência privada patrocinada por qualquer pessoa jurídica.

"Pessoas Vinculadas"

conforme definido na cláusula 5.5.8.1.

"Período de
Ausência do IPC"

conforme definido na cláusula 6.8.1.8.

"Período de
Capitalização"

conforme utilizado na cláusula 6.9.1.

"Portaria"

conforme definido na cláusula 2.7.1.

"Portaria SEP nº 9"

significa Portaria da SEP nº 9, de 2 de fevereiro de 2012.

"Prazo de
Distribuição"

conforme definido na cláusula 5.5.10.

"Procedimento de
Bookbuilding"

conforme definido na cláusula 5.5.3.

"Procuração do
Agente Fiduciário"

conforme definido na cláusula 7.2.

"Profundidade
Mínima"

conforme definido no preâmbulo.

"Projeção"

conforme definido na cláusula 6.8.1.4.

DUCE SP
19 11 14

"Projeto de
Investimento"

conforme definido no preâmbulo.

"PUMA"

significa o PUMA TRADING SYSTEM, ambiente de negociação de ativos da BM&FBOVESPA.

"Salus FIP"

significa a RB CAPITAL SALUS INFRAESTRUTURA I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações inscrito no CNPJ/MF nº 20.586.565/0001-00, administrado e gerido pela RB CAPITAL ASSET MANAGEMENT LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, 255, 7º andar - parte, Jardim Europa, CEP 01448-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.981.934/0001-09

"Regulamento CCBC"

conforme definido na cláusula 15.2.

"Remuneração"

conforme definido na cláusula 6.9.1.

"Rendimentos das
Ações"

conforme definido na cláusula 6.7.2.2, (iii).

"Reorganização
Societária"

significa, em relação a uma pessoa, qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação, conversão, substituição, troca (de sociedades ou ações), integralização de capital (*drop down*), agrupamento ou desmembramento ou qualquer outra forma de combinação de negócios, conforme definido na Deliberação da CVM nº 665, de 4 de agosto de 2011.

"Resolução CMN
3.947"

significa a Resolução do CMN n.º 3.947, de 27 de janeiro de 2011.

"Salus"

conforme definido no preâmbulo.

"SEP"

significa a Secretaria de Portos da Presidência da República.

"Taxa de Juros
Remuneratórios"

conforme definida na cláusula 6.9.1.

"Taxa Substitutiva"

conforme definida na cláusula 6.8.1.9.

"Taxa Substitutiva
de Mercado"

conforme definido na cláusula 6.8.1.9.

"Taxa Substitutiva
Similar"

conforme definido na cláusula 6.8.1.9.

DUCESP
19 11 14

"Terceiros do Mesmo
Grupo Econômico"

conforme definido na cláusula 6.7.2.2.1.

"Terminais" ou,
individualmente,
"Terminal"

conforme definido no preâmbulo.

"UDC"

conforme definido no preâmbulo.

"Ultrafertil"

significa a ULTRAFERTIL S.A., Indústria e Comércio de Fertilizantes, sociedade com sede em Cubatão, Estado de São Paulo, na Avenida Bernardo Geisel Filho, s/nº inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.476.026/0001-36.

"Usiminas"

conforme definido no preâmbulo.

"Valor Nominal
Unitário Atualizado"

conforme definido na cláusula 6.1.1.

"Valor Total da
Emissão"

conforme definido na cláusula 5.4.1.

"VLI"

significa a VLI S.A, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Helena, 235, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.563.794/0001-80.

ANEXO II – PROJETO DE INVESTIMENTO

1. NOME DO PROJETO: Projeto de Investimento Canal de Piaçaguera
2. DATA PREVISTA PARA O INÍCIO DO PROJETO: dezembro de 2014
3. DATA PREVISTA PARA O TÉRMINO DO PROJETO: dezembro de 2024
4. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO: Trecho localizado entre os municípios de Santos e Cubatão, Estado de São Paulo.
5. OBJETIVO DA OBRA: adequação, manutenção e ampliação da infraestrutura aquaviária do Canal Piaçaguera, que dá acesso aos Terminais.

6. DESCRIÇÃO SUCINTA DO PROJETO DE INVESTIMENTO:

O Projeto de Investimento está dividido em duas fases:

(i) dragagem de resultado de sedimentos não contaminados presentes no leito do Canal, para destinação final em disposição oceânica, em quantidade estimada de 820.000 m³ (oitocentos e vinte mil metros cúbicos);

(ii) realização de ações de melhorias e manutenção, pelo prazo de 10 (dez) anos, no canal localizado no trecho interior do Canal, sendo a execução das referidas Atividades originalmente de responsabilidade da Ultrafertil e da Usiminas, nos termos das respectivas Autorizações Portuárias, o que envolve:

(a) a realização das obras de alteamento e adequação da UDC da Usiminas, implantada em 2005, localizada dentro do Dique do Furadinho, cuja implementação dependerá do cumprimento de uma série de condições, incluindo a obtenção da respectiva licença ambiental e, também:

- (1) a realização de obras de melhoria e reforço na UDC;
- (2) engenharia conceitual, ensaios de tratabilidade e programa de monitoramento de taludes;
- (3) aquisição de geobags; e
- (4) tratamento de sedimentos/efluentes.

(b) a dragagem do material contaminado existente, em quantidade estimada de 1.701.583 m³ (um milhão, setecentos e um mil, quinhentos e oitenta e três metros cúbicos), até que o Canal atinja a profundidade mínima de 12 (doze) metros conforme hoje prevista e exigida na carta náutica dos Terminais.

7. POLÍTICAS E DIRETRIZES DO PROJETO DE INVESTIMENTO:

- (i) expansão da infraestrutura e superestrutura que integram as instalações portuárias;
- (ii) promoção do desenvolvimento sustentável das atividades portuárias com o meio ambiente que as abriga; e
- (iii) adequação da infraestrutura à atualidade das embarcações e promoção da revitalização de estrutura necessária para o pleno funcionamento das instalações portuárias.

8. CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO DO PROJETO:

ETAPA DO PROJETO	PRAZO PARA CONCLUSÃO
1ª FASE	De 6 a 8 meses a partir de Dezembro de 2014
2ª FASE	De 24 a 30 meses a partir da finalização da 1ª Fase
MANUTENÇÃO DA DRAGAGEM	120 meses a partir de Dezembro de 2014
ALTEAMENTO DA UDC	6 a 8 meses a partir de Fevereiro de 2015



DUCE SP
19 11 14

ANEXO III – FLUXO FINANCEIRO DAS DEBÊNTURES

FLUXO FINANCEIRO DAS DEBÊNTURES ⁽¹⁾										
Ano	Data	dp	Saldo Inicial	Fator de Juros	Juros	Taxa de Amort.	Amortização	% Juros Pagos	PMT	Saldo Final
0	15/10/2014		305.560.000,00							305.560.000,00
1	15/10/2015	251	305.560.000,00	1,077027212	23.536.434,90	0,0000%	0,00	36,8069%	8.663.037,20	320.433.397,70
2	15/10/2016	251	320.433.397,70	1,077027212	24.682.091,26	0,0000%	0,00	78,1461%	19.288.103,20	325.827.385,76
3	15/10/2017	249	325.827.385,76	1,076390584	24.890.144,28	5,5999%	18.246.013,29	100,0000%	43.136.157,58	307.581.372,46
4	15/10/2018	249	307.581.372,46	1,076390584	23.496.320,67	10,9986%	33.829.597,11	100,0000%	57.325.917,78	273.751.775,35
5	15/10/2019	252	273.751.775,35	1,077345667	21.173.513,66	13,8750%	37.983.031,36	100,0000%	59.156.545,02	235.768.743,98
6	15/10/2020	251	235.768.743,98	1,077027212	18.160.609,03	17,2600%	40.693.569,14	100,0000%	58.854.178,17	195.075.174,84
7	15/10/2021	251	195.075.174,84	1,077027212	15.026.096,85	22,3114%	43.524.063,30	100,0000%	58.550.160,15	151.551.111,54
8	15/10/2022	251	151.551.111,54	1,077027212	11.673.559,60	30,7437%	46.592.393,48	100,0000%	58.265.953,08	104.958.718,05
9	15/10/2023	249	104.958.718,05	1,076390584	8.017.857,77	47,7675%	50.136.145,68	100,0000%	58.154.003,45	54.822.572,37
10	15/10/2024	252	54.822.572,37	1,077345667	4.240.288,43	100,0000%	54.822.572,37	100,0000%	59.062.860,81	0,00

⁽¹⁾ Os valores previstos neste fluxo financeiro das Debêntures foram calculados levando em consideração as Taxas de Juros Remuneratórios, nos termos da cláusula 6.9.1 desta Escritura.

DUCE SP
10 11 14

ANEXO IV — PROCURAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ [•], NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos [dia] do mês de [mês] do ano de [ano], neste Município e Comarca de [comarca], Estado de [Estado], lavrado neste [Oficial], que, perante mim, [nome], em cartório, Escrevente Autorizado, compareceu, como outorgante, a SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A., sociedade por ações, em fase de obtenção de registro de companhia aberta categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.941, 1º andar, sala 101, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.494.541/0001-90, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social (doravante designada "Outorgante"). ENTÃO, pela Outorgante, por meio de seus representantes legais, me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui, em caráter irrevogável e irretratável, consoante os artigos 683, 684 e 685, do Código Civil, sua bastante procuradora a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 305, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social, nomeada no "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão, para Distribuição Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, da Salus Infraestrutura Portuária S.A.*" ("Escritura"), de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações ("Agente Fiduciário" ou "Outorgada"), para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da emissão, com o propósito especial e exclusivo de realizar todo e qualquer ato necessário, no interesse dos debenturistas e exclusivamente para o adimplemento das debêntures, (i) a preservar a eficácia do "*Instrumento Particular de Contrato de Suporte Financeiro de Acionistas da Salus Infraestrutura Portuária S.A. e Outras Avenças*", datado de 23 de outubro de 2014 (designado, conforme aditado, o "Contrato de Suporte"); (ii) a exigir o desembolso de recursos para o adimplemento do evento de capitalização nos termos do artigo 1.2. do Contrato de Suporte ("Evento de Capitalização"); e (iii) a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários à exigência do adimplemento do Evento de Capitalização, nos termos do Contrato de Suporte, a qualquer tempo, durante a vigência da Escritura, (a) caso não seja enviada a comunicação para a capitalização, nos termos da cláusula 2ª do Contrato de Suporte, após 5 (cinco) dias dos prazos previstos no Contrato de Suporte; (b) a partir da data em que o RB CAPITAL SALUS INFRAESTRUTURA I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("SALUS FIP") deixar de controlar a Salus, por qualquer motivo; ou (c) caso o Salus FIP ou a Outorgante exercer(em) qualquer direito no âmbito do Contrato de Suporte e a VLI não realizar a capitalização, após 5 (cinco) dias dos prazos previstos no Contrato de Suporte. Nos casos acima mencionados, a Outorgada poderá, ainda, de acordo com as disposições do Contrato de Suporte: (i) praticar qualquer ato (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) e firmar qualquer instrumento compatível com os termos do Contrato de Suporte necessário para lograr suas finalidades, desde que estas sejam estritamente vinculadas ao adimplemento das debêntures; (ii) firmar todos e quaisquer outros instrumentos e praticar todos os atos (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) necessários para o adimplemento das obrigações contidas no Contrato de Suporte para o adimplemento das Debêntures. A Outorgada não poderá substabelecer, no todo ou em parte, os poderes ora conferidos, exceto na hipótese de a Pentágono deixar de atuar, por qualquer motivo, na

DUCE SP

19 11 14

qualidade de agente fiduciário das Debêntures, caso em que a Outorgada deverá substabelecer, sem reserva de iguais, os poderes ora conferidos, independentemente de qualquer notificação, aprovação prévia ou ratificação da Outorgante, em favor do novo agente fiduciário, a quem se confere autorização para o posterior substabelecimento e assim sucessivamente para todos os novos agentes fiduciários. Os termos em letra maiúscula ora empregados, sem definição no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Suporte. A presente procuração: (i) é outorgada de forma irrevogável e irretratável; (ii) destina-se ao atendimento das Obrigações previstas no Contrato de Suporte, em conformidade com artigo 684 do Código Civil Brasileiro; e (iii) é válida por 10 (dez) anos, ou até o cumprimento integral das Obrigações, o que ocorrer por último.

